



EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Leandro dos Santos¹
Viviane Novaes de Souza²
Elisson Souza de São Jose³

GT4 – Educação Rural/do Campo.

RESUMO

Este trabalho buscou fazer uma análise acerca dos caminhos que têm levado a (des)qualificação do trabalho escolar nas escolas rurais em Sergipe, e ainda, discutir questão da improdutividade no trabalho educativo nas escolas rurais em Sergipe, ações estas oriundas de um processo político cuja finalidade é dificultar o trabalho docente, levando as suas extremas limitações. Para tanto, foi levantado alguns dados sobre fechamento de escolas, foi realizado ainda, conversas informais com professores atuantes em classes multisseriadas. Para análise teórica, buscamos trabalhar com as obras de Caldart (2009), Saviani (2008), Silva (2015), Frigotto (2010). Esperamos que estes resultados iniciais possam servir de base para que novos estudos possam surgir a partir deste.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Classes multisseriadas.

ABSTRACT

This work sought to analyze the paths that have led to the (dis) qualification of school work in rural schools in Sergipe, and also to discuss the issue of unproductiveness in educational work in rural schools in Sergipe. These actions originate from a political process whose purpose is to hamper teaching work, taking its extreme limitations. In order to do so, some data on school closure was collected, informal conversations with teachers working in multisite classes were also carried out. For theoretical analysis, we seek to work with the works of Caldart (2009), Saviani (2008), Silva (2015), Frigotto (2010). We hope that these initial results may serve as a basis for further studies to emerge from this.

Keywords: Education. Job. Multiseries classes.

¹ Mestre em Educação – PPGED/UFS, Especialista em Gestão Escolar – FSLF, Graduado em Pedagogia. Atualmente é professor Substituto na Universidade Federal de Sergipe e Membro do Grupo de Estudos Educação e Movimentos Sociais – NETE/UFS. E-mail: <lds747@gmail.com>

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho; Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID); Membro do grupo de pesquisa Clínica da Atividade e Trabalho Docente; e-mail: <viviane.novaes89@gmail.com>

³ Formado em Português-Inglês e em Pedagogia, Mestre em Educação, especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa e em Psicopedagogia. Atualmente é professor de inglês da Secretaria Municipal de Educação de Itabaiana, professor do Colégio Rabboni, tutor do curso Português do Centro de Educação Superior da UFS, cursa filosofia na UFS e é membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Cultura da UFS (NECUFS/CNPq). Email: elisson.tj@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido a partir de observações realizadas nos diferentes níveis da educação básica em unidades de ensino da rede pública e privada do Estado de Sergipe. Dessa forma, para fundamentar os dados inicialmente levantados, foram analisadas uma vasta literatura nas quais seus autores abordam discussões atuais sobre a concepção de políticas públicas de educação, currículo e formação docente.

Este trabalho se propõe a realizar uma análise acerca dos caminhos que têm levado a (des)qualificação do trabalho escolar e, conseqüentemente, a improdutividade no trabalho educativo nas escolas rurais em Sergipe e a seus fechamento, ou seja, ao longo dos anos, muito se tem debatido a questão do analfabetismo e do fracasso escolar, contudo, os caminhos, até então, apontados por alguns teóricos trouxeram teorias a serem discutidas, porém sem analisar de forma direta os demais agentes envolvidos.

Cabe ressaltar que um dos desafios ao longo da história da educação no Brasil é a construção de um modelo de escola que “[...] não seja lugar apenas de ensinar conteúdo ou a dimensão da cognição [...]” (CALDART, 2002, p. 57). Observa-se que ao longo dos anos, a educação oferecida pelo Estado tornou-se uma ferramenta de alienação aos interesses da sociedade capitalista, ou seja, uma escola que prepara e instrumentaliza o indivíduo ao exercício do trabalho escravo é alienante, uma educação que não leva o indivíduo a refletir acerca das condições reais de sobrevivência.

O fato é que esse modelo de educação, hoje fundamentada em princípios e valores meramente ideológicos, excludente e seletista, tem como objetivo preparar o indivíduo apenas para o mercado de trabalho, ou seja, não há construção para a valorização do conhecimento historicamente construído por aqueles que vivem no e do campo. Isso significa que há “[...] uma tensão permanente, cuja origem se localiza no caráter contraditório e antagônico das relações sociais [...]” (FRIGOTTO, 2010, p. 185). Dessa forma, a escola tornou-se instrumento de reprodução, o que inviabilizou a construção de caminhos para sua transformação.

Segundo Caldart (2011, p. 57), “[...] o que dá sentido ou indica a direção da transformação da escola é a rediscussão dos objetivos formativos que temos com os sujeitos com que trabalhamos e da tarefa educativa específica da escola”. E continua:

[o] trabalho com o conhecimento é tarefa educativa da escola, mas conhecimento não equivale a conteúdos isolados e fragmentados que



costumam caracterizar e organizar os tempos escolares, definindo objetivos, avaliação e método pedagógico. Essa é a armadilha da escola atual, ela se cola ao conteúdo, absolutiza-o, mas, ao mesmo tempo, não o trabalha de modo a garantir efetivamente, seja apropriada pelos estudantes e se torne conhecimento. (CALDART, 2011, p. 58).

Assim sendo, a escola que hoje carrega em sua conjuntura a política do enfrentamento deveria ser um instrumento de construção de diferentes práticas e reflexões, não apenas, de transmissão de conteúdos submissos e organizados sem o devido debate social, ou seja, baseado em um modelo em que o professor lê, transmite e o indivíduo apenas recebe, como afirma Freire (1974), uma educação bancária.

Uma educação com parâmetros impostos, sem a valorização do conhecimento prévio do indivíduo, no qual o educando recebe apenas uma sequência de conteúdos didáticos e é obrigado a “decorar⁴” para garantir uma aprovação por meio de notas classificatórias, seletivas e excludentes. Esse é um processo, considerado metodológico, o qual vem sendo combatido por alguns pesquisadores, pois, ao longo dos anos, percebeu-se a perda do papel da escola na construção social do indivíduo, sendo que o desinteresse pela mesma era um fator crescente tanto nas escolas urbanas como também nas rurais.

Diante de um cenário contraditório, em que o trabalho docente vem sendo constantemente desvalorizado e a prática desinteressante, surge uma série de problemas conjunturais que passam a fazer parte do cotidiano da escola, dentre os quais, a evasão escolar. A questão de permanência na escola teve índices negativos apresentados pelo INEP⁵, 2013, em que o percentual da população rural com ensino médio completo é de apenas 17%, enquanto na zona urbana esse índice é de 52,5%.

Diante da debilidade do capital sociocultural da população do campo, decorrente do desamparo histórico a que vem sendo submetida, e que se reflete nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade se transforma numa das ações prioritárias para o resgate social dessa população. A educação, isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. (INEP, 2007, p.19).

O analfabetismo é outro fator importante, segundo dados do IBGE, 2013, pessoas com idade entre 15 anos ou mais, atingem 23,5% na área rural, isso representa 5,5 vezes superior a

⁴ Processo de memorização oriunda através de uma ação constante de repetição, cujo objetivo é forçar o cérebro a lembrar conceitos em determinado momento.

⁵ Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais



mesma população da zona urbana, um quantitativo que representa o tamanho da necessidade de desenvolver um estudo indicativo da raiz do problema.

Em 2016, o Brasil contava com 186,1 mil escolas de educação básica, conforme aponta dados do INEP, 2016⁶, sendo que, a maior rede de educação básica do país está sob a responsabilidade dos municípios, concentrando cerca de 2/3 das escolas (114,7mil) e a participação das escolas da rede privada passou de 21,1% em 2015 para 21,5% em 2016, sendo a rede federal com apenas 0,4%, a rede estadual conta com 16,5 e a municipal com 61,7% do total.

No ensino superior, a dificuldade em formar professores parte da lógica da redução de investimentos. Atualmente, o país conta com uma parte do ensino superior privatizado e de baixa qualidade, sendo que as instituições trabalham com uma lógica de formação na qual os estudantes passam 90% do curso de licenciatura, confinados às teorias educacionais, já a prática passa a ser responsabilidade apenas de um estágio supervisionado de menos de 30 dias. Importante frisar que este futuro educador, não recebe incentivo a pesquisa, ou seja, a universidade brasileira ao invés de ser o caminho para a formação de um professor pesquisador promove uma formação fragilizada. Segundo apontou o IBGE, 2009, apenas 3,4% da população com idade de 18 a 24 anos, frequentaram curso superior.

Assim sendo, percebemos a necessidade de levantar um breve debate acerca dos caminhos que têm levado a (des)qualificação do trabalho escolar e, conseqüentemente, a improdutividade no trabalho educativo nas escolas rurais em Sergipe, escolas estas que nos últimos anos tem sofrido com a política de fechamentos, cujos interesses se justificam pelo texto redativo da lei nº 12.960/14, contudo, ao analisar a realidade concreta, percebemos que um conjunto de fatores políticos, são determinantes na tomada de decisão de um processo que vai além de meras considerações.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA AO LONGO DOS ANOS

A educação no Brasil teve início quando os índios ainda habitavam em nosso território. Era de modo informal, ou seja, desde crianças eram ensinadas técnicas de sobrevivência por intermédio dos mais velhos que davam noções de pesca, plantação,

⁶http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. acesso em 13 de agosto de 2017



cozinha, guerra, construção das próprias armas, casas, etc. Era sua cultura voltada para necessidades vitais e não havia uma instituição destinada a educar.

Segundo Raymundo (1998, p. 43),

[a] Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (p. 43)

A educação brasileira carrega uma marca inevitável do projeto de colonização planejada por Portugal e desenvolvida no Brasil. Mas o objetivo dos jesuítas não se limitou somente a este projeto. A companhia de Jesus exerceu uma grande influência em nossa educação especialmente sobre a sociedade burguesa, que fora formada em suas escolas. Eles introduziram no período colonial uma concepção de educação que contribuiu para o fortalecimento do poder hierarquizado privilegiando um pequeno grupo. Dessa forma, a educação tinha o papel de perpetuar as desigualdades sociais e de classes.

Nesse contexto, fazendo uma breve análise da história, podemos verificar que a educação formal imposta aqui no Brasil, desprezou a cultura e os costumes das pessoas aqui presentes. No entanto, mesmo com uma metodologia com interesses capitalistas, cujo objetivo era fortalecer a burguesia e trazer desenvolvimento para o seu povo. Convém ressaltar os inúmeros interesses políticos, sociais e econômicos usados como suporte para toda a ação pedagógica que fez da educação sinônimo de acomodação.

Estudos acerca da formação docente no Brasil e pensamentos educacionais têm sido ampliados no meio acadêmico na tentativa de promover a difusão do conhecimento produzido por estudantes e pesquisadores das mais diversas licenciaturas. Contudo, a formação atualmente oferecida pelas universidades deixa a desejar quanto à qualidade, uma vez que os objetivos não mais valorizam a aquisição de conhecimentos, mas apenas a conquista de um diploma que vá possibilitar uma ascensão no mercado e trabalho.

A questão do trabalho docente subordinado ao mercado capitalista acontece na medida em que se aprofunda a divisão do trabalho na escola. Essa separação não só se aprofunda com o avanço do capital, como também os trabalhadores da educação deixam de ser trabalhadores assalariados para ser trabalhadores parcelares, expropriados do seu derradeiro privilégio: a posse do saber escolar através das mudanças no sistema educativo, que passa de um trabalho artesanal da escola tradicional para o trabalho parcelado dividido. O resultado



principal desta mudança é a separação entre o produto e o processo de produção. (SILVA, 2011, p. 17).

Nesse contexto, Thomas Hobbes (1588-1679) apud Antunes (2004, p. 69) aponta que “[o] valor de um homem é, como para todas as outras coisas, o seu preço, isto é, o que se pagaria pelo seu uso e força”. Ou seja, a desqualificação em um processo de formação aumenta automaticamente a capacidade de concorrência na busca pela exploração do trabalhador pelo menor preço, ou seja, um mercado que começa dentro da universidade e se estende, a fim de, manter viva, a lógica exploradora do sistema capitalista.

Assim sendo,

[a] educação proposta, longe de orientar uns para uma profissão e outros para outra, deveria destinar-se a todas as crianças e jovens, indistintamente, possibilitando tanto o conhecimento da totalidade das ciências como das capacidades praticas em todas as atividades produtivas. (LOMBARDI, 2008, p. 13).

Tendo como referência uma vasta literatura que aborda a questão da formação de professores no contexto das transformações da relação capital e trabalho. A presente pesquisa busca fazer uma análise sobre este objeto de estudo, a fim de, demonstrar que historicamente, a formação de professores no Brasil serviu apenas para justificar a necessidade de manter uma deseducação⁷ que garantisse legalmente, a manutenção de um sistema celetista, explorador e excludente, no qual a relação capital e trabalho sempre fossem elementos fundamentais na construção de um ideário curricular, em que o exercício prático da profissão, nada mais é do que um processo de reprodução das mais variadas formas de alienação.

A escola construída no Brasil, sempre carregou em suas origens um sistema de indução a alienação. Onde existe uma hierarquia educacional dualista do qual se delineiam caminhos diferenciados de acordo com a classe social e que utiliza a escola como meio de dominação, em defesa da ideologia capitalista. Chauí (1980, p. 113) descreve de uma maneira ampla o conceito de ideologia:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto,

⁷ Essa deseducação, termo usado para demonstrar que o interesse de transformar algo já existente, afim de promover um modelo onde a igreja determinava os limites do conhecimento e controlava esse novo processo por meio da religiosidade instituída como uma determinação divina e que por sua vez, se permeou por séculos e ainda exerce uma forte influencia no controle do poder ideológico, desde a educação de base a educação superior, travestida de diretrizes, legalmente instituídas.



um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção.

O modelo de educação atual não satisfaz as necessidades contemporâneas dos alunos e os métodos utilizados nas aulas não condizem com a realidade dos mesmos. Existe um sistema que trata o aluno como mero reproduzidor de um saber que lhe é “repassada” como única e real.

Partindo do pressuposto de que a educação seja um meio fundamental para construção do indivíduo, e que a pedagogia vigente não tem propiciado a construção do ser humano de modo que ele construa sua existência a partir do seu trabalho. A escola tradicional reproduz a ideologia em favor da classe dominante, tornando os trabalhadores alienados e submissos a serviço de uma classe à qual ele não pertence.

Nas palavras de Freitas (2008 p. 102), “[...] as classes dominantes (capitalistas e gestoras), não se preparam para o trabalho, mas sim para coordenar os que trabalham”. A educação oferece dois tipos de educação, uma para os donos dos meios de produção e outra para a classe proletária, sendo que a classe dominante decide a educação oferecida à sociedade.

Para Marx (1986, p. 72),

[as] ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que tem à disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto a expressão que tornam uma classe, a classe dominante; portanto as ideias de sua dominação. [...] os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas, também consciência e por isso pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e conseqüentemente dominem também como os pensadores e como produtores de ideias.

A força material da classe dominante capitalista se caracteriza pela posse dos meios de produção, portanto isso acontece pela posse dos produtos do trabalho realizado pelos



proletários e tem como consequência o domínio das ideias e outras instâncias sociais, entre elas a educação.

Observa-se a partir da história do Brasil, que a (des)educação teve início com o processo de escravidão, ou seja, da eliminação de um saber já existente dos povos aqui presentes, a fim de constituir uma outra cultura com base na imposição de um modelo educacional não condizente com as reais necessidades, no sentido de “educar”, mas, com um objetivo de tornar o indivíduo escravo de sua própria condição de sobrevivência.

EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE: Desafios e Perspectivas

Em um cenário de constantes mudanças, adentramos no debate acerca das escolas rurais em Sergipe, segundo dados da Frente Parlamentar Mista pela Educação do Campo, em apenas um ano, foram fechados mais de 40 estabelecimentos de ensino na zona rural sergipana nas suas diferentes regiões⁸, essa ação desastrosa, promovida pelos gestores públicos, faz com que centenas de crianças, adolescentes e jovens, se arrisquem em transportes escolares, muitas vezes em condições precárias para que possam se deslocar para as escolas urbanas.

Alem de todo esse processo de deslocamento, essas crianças passam a receber um modelo de educação preocupante, baseada na formação de classes multisseriadas, onde o professor é obrigado a ser um profissional polivalente, ou seja, diante de classes que possuem crianças em anos/séries diferentes, este profissional é levado a oferecer uma suposta educação de qualidade para todos, contudo, sem as mínimas condições de sua realização.

As turmas multisseriadas, da forma como são constituídas torna inviável a qualidade do ensino, à medida que aglomera estudantes em um espaço físico deficiente, reduzido as quatro primeiras séries do ensino fundamental e sustentado, muitas vezes, pela disponibilidade de professores que se responsabilizam pelo ensino, na perspectiva de mudar o quadro desigual da educação no campo. (SILVA, 2015, p. 120)

Diante de um desafio não previsto durante a formação acadêmica, o professor se vê diante de um cenário contraditório, e passa a deixar de lado, uma serie de ações que poderiam de fato promover uma ação pedagógica transformadora, uma pratica que vislumbra uma

⁸ Fonte: <https://www.deputadojoaodaniel.com.br/sergipe-recebe-frente-parlamentar-pela-educacao-do-campo-que-reafirma-missao-de-conter-o-fechamento-de-escolas-rurais/> acesso em 28 de fevereiro de 2018.



formação que não é capaz de promover e incentivar “a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

Neste contexto, o trabalho na escola para os trabalhadores do campo deve partir de uma perspectiva que atenda as suas reais necessidades, o encontramos, são estudantes ainda vivendo a fase do analfabetismo funcional, mesmo estando na escola, não consegue acompanhar de fato, se como estivesse em uma turma regular.

Diante disto, vale ressaltar que a qualidade dada pelo Estado à educação para os povos que vivem no e do campo, é resultante de uma ideologia pautada na necessidade de certificar apenas, para continuar atendendo as necessidades do Capital, colocando estes futuros jovens, como instrumentos de um sistema que justifica sua existência na condição de exploração do homem pelo homem, onde o trabalhador não é capaz de possuir os bens que ele mesmo produz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a educação do campo como um direito garantido na Lei nº 9394/96, em seu artigo 28º, se faz necessário lutar pela garantia desta para os povos que vivem na zona rural, principalmente, em povoados mais distantes, pois a lógica instituída para o processo de fechamento destas, passa pela desqualificação do trabalho daqueles que atuam como docentes.

Escolas situadas em povoados mais distantes, tem sido levadas ao descaso, funcionam com uma estrutura precária e preocupante, falta material didático, falta merenda, falta condições de trabalho, e todo esse descaso é justificado pela ausência de verbas para educação. O interessante é que em algumas comunidades, a própria comunidade contribui para o fechamento, pois a falta de conhecimento político destes, os levam a acreditar que a escola da cidade é melhor do que a escola do povoado, não compreendem que quando o sistema quer retirar Direitos, primeiro eles precisam desqualificar a prestação do serviço publico para que a população passe a enxergar que a ausência dele é melhor.

Neste contexto, se faz necessário promover ações de consciência político-ideológica, pois, durante anos e ainda nos dias atuais, a classe trabalhadora permanece sofrendo para que



uma minoria dominante possa continuar usufruindo dos bens produzidos a partir do processo de escravidão.

Neste universo, a educação é o único caminho capaz de promover a transformação, sem ela, o indivíduo nada mais é do que uma massa de manobra nas mãos da burguesia que é lembrado apenas quando necessário para manutenção do poder.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL, **Censo da Educação Superior**, MEC/INEP, 2013.
- BRASIL, **Constituição, 1988**, Brasília, Senado Federal, 2000.
- BRASIL, **Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste**. MEC. Brasília, 1982.
- BRASIL. **Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**, 2011.
- BRASÍLIA. Referências para uma política nacional de educação do campo. **Caderno de Educação do Campo**. 2004.
- CALDART, R. S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: **Educação do campo: identidade e políticas públicas** – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.
- CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
- CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- CHEPTULIN, Alexander. **A dialética materialista**: leis e categorias da dialética. São Paulo: Alfa_Omega, 1982. Ed. Unimep, Piracicaba (SP), 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.



FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

INEP. **Panorama da educação do campo brasileira**. MEC. Brasília, 2007.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LOMBARDI, José C. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2008.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1967.

MARX, Karl. **A ideologia alemã (I-Feuerbach)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Edilma Jose da. Terra, território e educação: o fechamento das escolas no campo na mesorregião do sertão de alagoas. Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 111-125, set. 2015